

Regime geral do processo tutelar cível

Ação de Formação Contínua Tipo D

Lisboa - Sala de vídeo do Centro de Estudos Judiciários ▪ Dia 30 de junho de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público.

- Objetivos:**
- Reflexão sobre qual a forma processual adequada ao pedido de regresso de criança deslocada ou retida ilicitamente.
 - Análise de questões práticas surgidas com a aplicação do R.G.P.T.C.
 - A mediação pública, sua aplicação, benefícios, constrangimentos e desafios decorrentes do R.G.P.T.C.
 - A Assessoria/ Audição Técnica Especializada e o papel que desempenha na obtenção de consensos e no acompanhamento pós- sentencial.

Programa

Manhã

- 09h45** Abertura
Direção do Centro de Estudos Judiciários
- 10h00** “O meio processual interno adequado ao regresso de criança nas situações de deslocação ou retenção ilícitas”
Carlos Purificação Ferreira, *Procurador da República, Tribunal de Pombal, Juízo de Família e Menores*
- 10h45** Intervalo
- 11h00** Análise e resposta de questões práticas previamente elencada
Rogério Feliciano, *Juiz de Direito, Tribunal de Torres Vedras, Juízo de Família e Menores*
Maria Teresa Zarco, *Procuradora da República, Tribunal de Vila Franca de Xira, Juízo de Família e Menores*
- 12h15** Debate
Moderação: Ana Teresa Leal, *Procuradora da República, Docente do CEJ*

Tarde

- 14h30** “A mediação pública, sua aplicação, benefícios, constrangimentos e desafios”
Marta San Bento, *Jurista, DGPJ*
- 15h30** “A Assessoria/ Audição Técnica Especializada e o papel que desempenha na obtenção de consensos e acompanhamento pós- sentencial”
Miguel Vaz, *Juiz de Direito, Tribunal de Pombal, Juízo de Família e Menores*
Elisabete Moita, *Diretora do Núcleo de Infância e Juventude, do ISS, IP, Centro Distrital de Leiria*
- 16h30** Debate
Moderação: Maria Perquilhas, *Juiz de Direito, Docente do CEJ*